

ENTRAVES NA ATUAÇÃO DO(A) TURISMÓLOGO(A) FRENTE À GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS EM ATRATIVOS GEOTURÍSTICOS

*Challenges Faced by Tourism Professionals in the Management of Natural
Disaster Risks at Geotourism Attractions*

Ana Raquel Amorim da Câmara

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Idiamara Nascimento de Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Kerlei Eniele Sonaglio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Marcos Antônio Leite do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

A gestão de riscos de desastres em áreas turísticas naturais constitui um campo ainda incipiente, especialmente no que se refere à participação do(a) turismólogo(a). Este artigo examina os entraves que limitam a atuação profissional em territórios sujeitos a riscos naturais, articulando evidências da literatura, análise documental e políticas públicas. Os estudos sobre geoturismo enfatizam sua natureza educativa, interpretativa e conservacionista, destacando a importância do engajamento com comunidades locais e da mediação entre turistas e território. No entanto, observa-se que as atribuições tradicionalmente associadas ao turismo permanecem centradas no planejamento operacional e na gestão de serviços, desconsiderando competências relacionadas à comunicação de riscos, orientação em emergências e participação em processos de governança territorial, elementos essenciais em áreas vulneráveis. As diretrizes nacionais e internacionais para redução de riscos de desastres reforçam a necessidade de equipes interdisciplinares capazes de integrar saberes técnicos e conhecimentos locais, abrindo espaço para maior contribuição dos profissionais do turismo. Contudo, barreiras institucionais, lacunas formativas e limitações operacionais ainda dificultam essa integração. Ao discutir tais desafios, o artigo amplia o debate sobre o papel estratégico do turismo na proteção e resiliência dos destinos turísticos, evidenciando a necessidade de diretrizes específicas que qualifiquem a participação do(a) turismólogo na prevenção, resposta e recuperação diante de desastres naturais em áreas turísticas.

Palavras-chaves: Gestão de Riscos; Resiliência; Geoturismo.

ABSTRACT

Disaster risk management in natural tourism areas remains an emerging field, particularly regarding the participation of tourism professionals. This article examines the barriers that limit their professional engagement in territories exposed to natural hazards, drawing on evidence from the literature, document

analysis, and public policies. Studies on geotourism emphasize its educational, interpretive, and conservation-oriented dimensions, highlighting the importance of community engagement and the mediation between visitors and the territory. However, the tasks traditionally associated with tourism remain focused on operational planning and service management, overlooking competencies related to risk communication, emergency guidance, and participation in territorial governance processes, elements that are essential in vulnerable areas. National and international disaster risk reduction frameworks reinforce the need for interdisciplinary teams capable of integrating technical expertise and local knowledge, creating opportunities for greater involvement of tourism professionals. Nonetheless, institutional barriers, training gaps, and operational constraints continue to hinder this integration. By addressing these challenges, the article broadens the debate on the strategic role of tourism in the protection and resilience of tourist destinations, underscoring the need for specific guidelines that strengthen the participation of tourism professionals in prevention, response, and recovery from natural disasters in tourism settings.

Keywords: Disaster Risk Management; Resilience; Geotourism.

INTRODUÇÃO

Impulsionado pelo aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos associados às mudanças climáticas, o debate sobre a gestão de riscos de desastres tem amplo espaço nas discussões acadêmicas e na gestão pública. Geólogos, geógrafos, biólogos e engenheiros civis já ocupam lugar consolidado nesse debate, contribuindo com saberes técnicos essenciais à identificação, monitoramento e mitigação dos riscos. A geologia oferece subsídios para compreender a dinâmica do relevo, a instabilidade de encostas e os processos erosivos, fundamentais para o manejo seguro de áreas com vocação turística (AMARAL et al., 2024). A geografia, por sua vez, contribui com a análise integrada do território e a identificação de vulnerabilidades socioambientais, enquanto a biologia aponta limites para a presença humana em ecossistemas frágeis (ARANHA; GUERRA, 2014). Para a engenharia civil cabe a responsabilidade de projetar infraestruturas adaptadas às dinâmicas climáticas locais, reduzindo o risco de colapsos ou acidentes.

Nesse contexto, o(a) turismólogo(a) pode ampliar sua participação, pois sua atuação não está apenas na elaboração de roteiros, mas como agente estratégico no planejamento territorial, mediando entre as demandas do turismo e os conflitos de interesse socioambientais. A ausência de turismólogos(as) nas discussões sobre a gestão de riscos pode ser explicada porque o turismo, muitas vezes, é tratado como um campo voltado prioritariamente à promoção econômica local, sem a devida articulação com as políticas públicas que envolvem questões culturais, ambientais e sociais. Como resultado, o(a) turismólogo(a) tem sido pouco inserido(a) em espaços de formulação e execução de estratégias no âmbito do planejamento territorial e da gestão ambiental, sobretudo no que se refere à prevenção de desastres, o que compromete a construção de destinos turísticos resilientes.

Aranha e Guerra (2014) argumentam que os(as) profissionais do turismo que desenvolvem atividades em áreas naturais necessitam deter

conhecimento consistente sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), dado seu papel fundamental para a gestão, uso, proteção e conservação para as Unidades de Conservação (UCs). O conhecimento sobre os tipos de gestão e manejo dos diferentes territórios, como os apontados no SNUC, é fundamental para entender o uso turístico e suas limitações, sendo, portanto, essencial que o(a) turismólogo(a) compreenda a biodiversidade, os impactos do turismo sobre ela e vice-versa.

Cabe ao(a) turismólogo(a) planejar a atividade turística em áreas naturais considerando também as questões sociais e culturais, levando em conta, sobretudo, suas fragilidades. A vulnerabilidade a desastres é ampliada pela exclusão social, pelo desconhecimento de pessoas que residem e/ou transitam em áreas de risco e pela ausência de políticas inclusivas no planejamento urbano e turístico (NUNES, 2015). Nesse sentido, o guia “Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Manual para Líderes do Governo Local”, produzido no âmbito da campanha global da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR, 2012), propõe dez princípios essenciais para a construção de cidades resilientes. O sétimo princípio, em especial, enfatiza a importância de compreender e valorizar a memória coletiva de eventos passados, promovendo a inclusão social e a educação comunitária como estratégias de fortalecimento da resiliência local.

A sensibilização baseada em experiências vividas (como enchentes, secas ou deslizamentos) não só pode gerar pertencimento e conscientização, como também facilita o engajamento das populações no planejamento preventivo. Dessa forma, ao integrar dimensões sociais, culturais e educativas, o turismo, especialmente o geoturismo, com sua ênfase na interpretação dos elementos bióticos e abióticos e na valorização do patrimônio geológico e cultural, pode assumir um papel pedagógico e mobilizador, fortalecendo a conscientização sobre riscos e contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que se insere.

Apesar do crescente reconhecimento da importância da gestão de riscos de desastres naturais em áreas turísticas, há uma lacuna teórica e prática na atuação do(a) turismólogo(a) nas discussões sobre riscos e desastres. Historicamente associado à promoção econômica, o turismo também é um campo estratégico na construção de territórios resilientes. Essa lacuna é especialmente visível nos atrativos geoturísticos, onde os riscos naturais exigem ações coordenadas entre diferentes áreas do saber. No entanto, a atuação do(a) turismólogo(a) como agente capacitado para dialogar com comunidades locais, interpretar o território, mediar saberes tradicionais e propor soluções baseadas na sustentabilidade e na inclusão social ainda é muito tímida. Este artigo propõe discutir os entraves para a atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos em áreas geoturísticas, fortalecendo a interface entre turismo, resiliência, educação ambiental e a gestão de riscos de desastres em áreas turísticas.

REVISÃO DE LITERATURA

Geoturismo e os caminhos para atuação dos(as) profissionais do turismo

O geoturismo é o segmento que promove, fundamentalmente, a interpretação e a valorização do patrimônio geológico e geomorfológico de um território (NEWSOME; DOWLING, 2010). Conforme definido por Guerra e Jorge (2014), o geoturismo consiste em uma modalidade focada na geodiversidade e na compreensão das dinâmicas naturais que moldam a paisagem, priorizando a educação ambiental, a interpretação do meio físico e o uso sustentável dos recursos naturais.

A concepção de geoturismo está intrinsecamente relacionada ao campo da geoconservação, que busca preservar e manter a integridade dos locais de relevância geológica, geomorfológica e paleontológica. A geoconservação, ao reconhecer o valor científico, paisagístico, cultural e educativo desses elementos, fornece os fundamentos que orientam condutas para a proteção desses bens naturais. Nesse sentido, o geoturismo atua como um instrumento estratégico ao transformar a geodiversidade (entendida como a variedade de rochas, minerais, fósseis, solos, paisagens e processos geodinâmicos) em recurso interpretativo e pedagógico, capaz de aproximar visitantes dos processos naturais que moldam o território, promover consciência crítica sobre riscos geológicos e ambientais e fortalecer práticas de conservação e desenvolvimento sustentável nos espaços turísticos.

Ao proporcionar ao visitante/turista conhecimento sobre a origem e a evolução do território, o geoturismo fortalece a percepção de que a geodiversidade constitui uma dimensão fundamental do patrimônio natural e cultural, devendo ser reconhecida e gerida de maneira sustentável.

A atuação do(a) turismólogo(a) em territórios de geoparques chancelados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem adquirido relevância crescente, especialmente diante da necessidade de integrar educação ambiental, gestão de riscos e interpretação do patrimônio geológico em estratégias de desenvolvimento sustentável.

Essa presença profissional torna-se ainda mais significativa quando se observa que geoparques no Brasil, na Espanha, em Portugal e na Grécia, por exemplo, têm adotado modelos de governança baseados em equipes multidisciplinares ou conselhos consultivos nos quais o turismo é reconhecido como eixo estruturante, juntamente com preservação, educação e desenvolvimento local.

Esses arranjos evidenciam que o turismo constitui componente importante da governança de geoparques, abrindo espaço para a inserção do(a) turismólogo(a) como mediador entre ciência, comunidade, visitantes e gestão institucional. Nessas realidades, o(a) turismólogo(a) pode atuar na elaboração de produtos geoturísticos, na mediação interpretativa da geodiversidade e em iniciativas de educação ambiental.

Outro ponto relevante para a inserção dos profissionais do turismo é a criação de diretrizes para a gestão de riscos, que se faz necessária dada a insuficiência das normas tradicionais em lidar com a

complexidade da gestão de riscos de desastres em áreas turísticas. Tais diretrizes demandam uma base de dados que vá além dos relatórios técnicos, exigindo a captura do conhecimento territorializado, ou seja, o saber prático e empírico detido pelos atores que vivenciam o destino turístico. Nesse processo, turismólogos, guias de turismo e demais profissionais do setor tornam-se peças-chave, pois atuam diretamente na interface entre território, visitantes e serviços, acumulando percepções que ajudam a identificar riscos cotidianos muitas vezes invisíveis às equipes técnicas.

O guia de turismo costuma ser o primeiro a perceber mudanças nas trilhas, pontos de erosão, áreas com fluxo excessivo de visitantes, locais onde turistas ignoram a sinalização ou enfrentam dificuldades de deslocamento. Esses profissionais podem alimentar sistemas de alerta com relatos em tempo real, apoiar a construção de mapas participativos e orientar visitantes sobre condutas seguras. Turismólogos(as), por sua vez, podem participar da elaboração de protocolos de visitação, da análise de capacidade de carga, da definição de rotas alternativas em caso de emergência e da adaptação de estruturas turísticas para acessibilidade e hospitalidade em situações críticas. Já gestores e demais trabalhadores do *trade* turístico (agentes de viagens, recepcionistas, condutores locais, equipes de hotelaria, transporte e demais equipamentos que dão suporte à atividade turística) podem auxiliar na comunicação de riscos, na organização de pontos de encontro, na atualização de listas de hóspedes, no repasse de informações oficiais e na colaboração com planos de evacuação.

Ao atuarem em conjunto com a comunidade local e a Defesa Civil, esses profissionais podem fortalecer processos educativos, promover simulados de emergência, integrar turistas a práticas de uso responsável do território e apoiar ações de preparação, resposta e recuperação. Dessa forma, o turismo deixa de ser apenas um setor impactado pelos desastres e passa a compor ativamente a estrutura de resiliência territorial, contribuindo para a proteção de vidas, para a manutenção da atividade econômica e para a valorização do conhecimento local.

Bases conceituais sobre desastres e os entraves para atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos

A compreensão conceitual dos desastres é um passo fundamental para analisar os limites e possibilidades de atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos, especialmente porque a atividade turística ocorre em territórios dinâmicos, sujeitos a diferentes ameaças e vulnerabilidades. Conhecer como esses eventos são definidos, classificados e registrados permite identificar lacunas nas políticas públicas e nos instrumentos de planejamento, além de evidenciar por que a participação dos profissionais do turismo ainda é pouco reconhecida nesses processos.

A classificação dos desastres é estruturada em categorias que facilitam a compreensão de sua origem, evolução, frequência e intensidade. Em âmbito internacional, a Codificação de Ameaças e Riscos (CODAR) reconhece 153 tipos distintos de desastres, abrangendo uma ampla

variedade de ocorrências em escala global. No Brasil, a fim de padronizar e agilizar o registro dessas ocorrências considerando o contexto de eventos já registrados em território nacional, a Lei Federal nº 12.608/2012 instituiu a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), que organiza 82 tipos de desastres. Segundo a COBRADE, esses eventos são agrupados em duas grandes categorias: desastres naturais e desastres tecnológicos.

Quadro 1 - Síntese da Classificação Brasileira de Desastres Naturais (Grupo e Subgrupo)

Desastres Naturais	Geológico	Terremoto (tremor de terra, tsunami);
		Emanação vulcânica;
		Movimento de massa (quedas, tombamentos e rolamentos);
		Deslizamentos (deslizamento de solo ou rocha);
		Erosão
	Hidrológico	Inundações
		Enxurradas
		Alagamentos
	Meteorológico	Ciclones (ciclones, frentes frias/zonas de convergência)
		Tempestades (tornados, tempestades de raio, granizo, chuvas intensas, vendaval)
		Temperaturas Extremas (onda de calor, friagem e geadas)
	Climatológico	Seca (estiagem, seca, incêndio florestal, baixa umidade do ar)
	Biológico	Epidemias (doenças infecciosas virais, bacterianas, parasíticas e fúngicas)
		Infestações/Pragas (infestações de animais, algas e outras infestações)

Fonte: Adaptado da Lei Federal 12.608 (2012)

O Quadro 1 sistematiza os desastres naturais conforme estabelecidos pela COBRADE, agrupando-os por origem em cinco categorias principais: geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos. Essa categorização permite uma melhor compreensão e gerenciamento dos riscos em territórios vulneráveis, como os atrativos geoturísticos. Cada tipo de desastre possui características próprias que influenciam diretamente o planejamento e a gestão de riscos nesses territórios, exigindo do(a) turismólogo(a) conhecimento técnico para atuação integrada com outras áreas.

Além dos desastres naturais, há também a classificação dos chamados desastres tecnológicos (Quadro 2), cuja origem está associada à ação humana, como falhas estruturais, acidentes industriais e de transporte. Esses eventos, igualmente relevantes para o planejamento turístico, podem afetar direta ou indiretamente áreas naturais e atrativos turísticos, exigindo estratégias de prevenção e gestão integradas.

Quadro 2 - Síntese da Classificação Brasileira de Desastres Tecnológicos (Grupo e Subgrupo)

Desastres Tecnológicos	Relacionado a substâncias radioativas	Desastres siderais com riscos radioativos (queda de satélite).
		Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares.
		Desastres relacionados com risco de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos.
	Relacionado a produtos perigosos	Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos.
		Desastres relacionados à contaminação da água.
		Desastres relacionados a conflitos bélicos.
		Desastres relacionado ao transporte de produtos perigosos (rodoviário, ferroviário, aéreo, dutoviário, marítimo, aquaviário).
	Relacionado a incêndios urbanos	Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.
		Incêndios em aglomerados residenciais.
	Relacionado a obras civis	Colapso de edificações.
		Rompimento/colapso de barragens
	Relacionado a transporte de passageiros e cargas não perigosas	Transporte rodoviário
		Transporte ferroviário
		Transporte aéreo
		Transporte marítimo
		Transporte aquaviário

Fonte: Adaptado de SEDEC/UFSC (2012)

Vestena (2017) define que desastre natural é a ocorrência de um fenômeno natural capaz de gerar danos materiais e perdas humanas no momento da ocorrência ou, posteriormente, em virtude de suas consequências, que excedam a capacidade da comunidade atingida de conviver com o impacto e de se recuperar usando recursos próprios. O estado do Rio Grande do Sul, que abriga territórios com forte vocação turística, foi afetado por uma série de enchentes entre abril e maio de 2024 que revelaram, de forma dramática, os desafios da gestão de desastres naturais no Brasil e as fragilidades enfrentadas por públicos vulneráveis diante dos desastres. Idosos, pessoas com deficiência, crianças, comunidades periféricas, povos tradicionais e turistas em

trânsito vivenciaram dificuldades de comunicação, deslocamento e acesso a abrigos adaptados. Além das perdas humanas, o impacto sobre serviços essenciais, comércios, residências, equipamentos turísticos e os animais também foi expressivo, evidenciando a necessidade de planos de emergência inclusivos e sensíveis à diversidade de sujeitos afetados.

O desafio de acolher e proteger a vida de todos, além de buscar restabelecer rapidamente os serviços essenciais, reforça a complexidade na gestão de riscos de desastres e a necessidade de agregar esforços para uma gestão de riscos que considere questões sensíveis.

A gestão de riscos de desastres envolve um ciclo contínuo composto por três grandes fases: antes, com ações de prevenção, mitigação e preparação que identificam perigos, reduzem vulnerabilidades e fortalecem capacidades locais; durante, com a resposta emergencial voltada à proteção da vida, evacuação, atendimento humanitário e manutenção mínima dos serviços essenciais; e depois, com processos de recuperação e reconstrução que restauram infraestruturas, meios de vida e atividades socioeconômicas, incorporando aprendizagens ao planejamento futuro. Integradas, essas etapas evidenciam a necessidade de uma gestão que considere hospitalidade, acessibilidade e inclusão para garantir segurança e dignidade a todos os públicos.

Figura 1 - Ciclo de Proteção e Defesa Civil



Fonte: Adaptado pelos autores de Lino (2018)

Equipes de Defesa Civil coordenam a preparação comunitária, os planos de contingência e a resposta emergencial, articulando instituições e recursos nas fases que antecedem os desastres. Uma série de profissionais atua na assistência imediata às vítimas, no controle de novos riscos e na recuperação física e mental da população. Estes profissionais desempenham papel central na proteção social, na identificação de grupos vulneráveis, no acolhimento e no acesso a benefícios e políticas públicas. Porém, a gestão de riscos ainda é tradicionalmente centrada em áreas técnico-operacionais, o que reforça a necessidade de ampliar a participação multidisciplinar e comunitária,

no sentido de abarcar as questões que envolvem complexidades que vão além do socorro imediato.

Educação ambiental crítica, memória coletiva e os saberes tradicionais como estratégia para lidar com desastres naturais

A educação ambiental crítica, inspirada nos pressupostos de Paulo Freire, baseia-se na compreensão de que a educação deve promover a conscientização e a transformação social por meio do diálogo e da problematização da realidade. Freire (1979) defende uma educação libertadora, na qual o sujeito é protagonista do processo de aprendizagem e atua criticamente sobre o mundo. No contexto da gestão de riscos em áreas turísticas, essa abordagem propicia a reflexão coletiva sobre as relações entre o desenvolvimento das atividades turísticas locais e seus impactos positivos e negativos. Cabe enfatizar que a educação ambiental crítica não se limita à transmissão de conteúdos sobre as características e os processos físicos dos elementos bióticos e abióticos em si, mas sobre como esse conhecimento se mostra uma ferramenta política e pedagógica de empoderamento comunitário frente aos riscos e às injustiças derivados de desastres ambientais.

A memória coletiva, por exemplo, é um recurso importante no desenvolvimento da resiliência comunitária, especialmente em situações marcadas por recorrência de perdas e danos. Sartori (2014) relata as experiências vividas por idosos antes, durante e após uma enchente ocorrida em janeiro de 2010 em São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Os relatos revelam como os desastres moldam a perspectiva das pessoas afetadas. Perguntada sobre o que foi mais difícil, uma das vítimas da enchente responde:

Três pessoas que foi pra Taubaté daqui morreu por causa da mudança. O rapaz que tinha a tartaruga (e não conseguiu resgatar) ficou doente, ele não comia, levou alguns dias e ele morreu. Depois o outro sempre vinha falar assim pra mim, ele conversava muito comigo [...] 'quando a gente vai embora pra São Luiz?', eu respondia 'não sei', ele disse 'pode ser amanhã, ou depois e nunca que esse dia chega' [...] Ele ficou doente, levaram para o hospital, chegou lá, ele morreu. O terceiro andava num andador, na sexta feira, eu sentei na mesa pra almoçar e ele almoçou junto, almoçou tudo. Ele saiu, depois não vi mais ele. [...] Daí eu falei lá pro presidente 'Cadê seu Z?', ele respondeu 'Seu Z está no fundo da terra' [...] A mudança, tudo de repente, chega lá é outro modo de tratar, comida, tudo... As enfermeiras não brincam com o doente, só fala o que é preciso (SARTORI, 2014, p. 168).

O trecho apresentado evidencia a relação entre as experiências traumáticas vividas em contextos de desastres e a dimensão da hospitalidade como prática social e afetiva. Os relatos mostram que os desastres naturais, além de provocarem perdas materiais, afetam significativamente as estruturas emocionais e sociais das comunidades atingidas, moldando suas percepções de risco, formas de adaptação e expectativas de futuro.

A hospitalidade sob essa perspectiva assume um papel que vai além da provisão de abrigo ou serviços básicos. Ela se revela como um campo de cuidado ético, relacional e simbólico, uma prática que, segundo Lashley e Morrison (2004), deve ser compreendida não apenas como prestação de serviços, mas como um processo de construção de vínculos e reconhecimento da dignidade do outro. No relato, a mudança abrupta de localidade, o afastamento do ambiente familiar e a substituição de relações afetivas por formas impessoais de cuidado hospitalar contribuíram para o adoecimento e, em alguns casos, para o falecimento de indivíduos que já estavam fragilizados emocional e fisicamente.

A incorporação dessas experiências em práticas educativas e turísticas, como trilhas interpretativas ou centros de memória, pode reforçar o sentimento de pertencimento e estimular comportamentos preventivos. A UNISDR (2017) destaca que o reconhecimento e a valorização do saber local e da memória dos desastres são estratégias eficazes para fortalecer a capacidade adaptativa das comunidades, sobretudo quando integradas ao planejamento turístico sustentável.

Além das contribuições da memória coletiva, os saberes locais, produzidos no cotidiano das comunidades que habitam as áreas de risco, oferecem uma compreensão prática e situada das dinâmicas territoriais e ambientais. Esses conhecimentos, muitas vezes marginalizados pela ciência tradicional, são imprescindíveis para a formulação de políticas participativas e sensíveis às especificidades culturais e socioambientais de cada território (BERKES, 2008). No campo do turismo, a integração entre saberes acadêmicos e tradicionais pode fortalecer a gestão compartilhada e a adaptação às mudanças climáticas. A UNESCO (2019) reconhece os conhecimentos indígenas e locais como patrimônio imaterial e defende sua incorporação às estratégias globais de enfrentamento de riscos, promovendo uma abordagem intercultural e mais eficaz na gestão de desastres em áreas turísticas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva, por se tratar de um tema ainda pouco debatido: os entraves para a atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos de desastres naturais em atrativos geoturísticos. Conforme Dencker (2002), a abordagem qualitativa é apropriada para pesquisas que buscam compreender práticas e relações sociais, sendo especialmente útil em temas de interface interdisciplinar, como é o caso da interseção entre o turismo e a gestão de riscos de desastres.

O caráter exploratório justifica-se pela escassez de estudos específicos sobre a atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos de desastres em atrativos geoturísticos, o que demanda levantamento e sistematização teórica sobre o tema (GIL, 2019). Já a dimensão descritiva visa identificar e analisar os entraves que dificultam a atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de territórios turísticos sujeitos aos riscos de desastres naturais.

A primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica, abrangendo literatura sobre geoturismo, geoconservação, formação e

atuação profissional em turismo, educação ambiental, gestão de riscos, turismo e resiliência em áreas naturais. São consideradas contribuições clássicas e contemporâneas no campo do geoturismo e no debate sobre uso público em áreas naturais**, com autores como** Hose (1995, 2000, 2008, 2010a, 2010b), Newsome e Dowling (2010), Moreira (2011), Bento (2011), Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2008) e Ruchkys (2007), além de autores que relacionam vulnerabilidades socioambientais e riscos (VESTENA, 2017; LEFF, 2018; LINO, 2018; SPINK, 2018).

Em seguida, é realizada uma análise documental, que inclui examinar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como instrumento fundamental para delimitar as atribuições formais do(a) turismólogo(a) no Brasil. A CBO é utilizada para identificar as competências oficialmente reconhecidas para a profissão em contraste com as funções efetivamente demandadas em territórios geoturísticos sujeitos a riscos de desastres naturais. Essa comparação permite evidenciar lacunas entre o escopo ocupacional previsto (frequentemente centrado no planejamento, promoção e gestão de atividades turísticas) e as demandas emergentes relacionadas à mediação sociocultural, educação ambiental e participação em processos de governança territorial associados à gestão de riscos. A análise documental inclui ainda políticas públicas como o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), o Marco Nacional de Redução de Riscos de Desastres e as diretrizes internacionais da UNESCO para geoparques, que orientam ações educativas, interdisciplinares e de sustentabilidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A literatura sobre geoturismo destaca que essa prática não se restringe à exploração econômica de atrativos naturais, mas envolve a interpretação do patrimônio geológico, a educação ambiental, a conservação da geodiversidade e a promoção de experiências sustentáveis para visitantes (HOSE, 1995, 2000, 2008, 2010a; NEWSOME; DOWLING, 2010). Estudos sobre vulnerabilidades e riscos em territórios turísticos revelam que áreas naturais e geoturísticas estão sujeitas a desastres naturais e impactos socioambientais, exigindo a integração de conhecimentos técnicos, saberes locais e práticas de gestão para prevenir danos e fortalecer a resiliência comunitária (VESTENA, 2017; LEFF, 2018; LINO, 2018; SPINK, 2018). No entanto, a literatura específica sobre a atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos de desastres ainda é escassa, apontando uma lacuna teórica significativa: embora se reconheça a importância da mediação sociocultural, da educação ambiental e do engajamento com a comunidade, há pouca produção que articule formalmente esses elementos à prevenção, resposta e recuperação em situações de risco.

A análise da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) evidencia que as competências formalmente previstas para o(a) turismólogo(a) concentram-se principalmente no planejamento, organização e gestão de atividades turísticas, promoção de destinos, condução de roteiros e prestação de serviços de atendimento a visitantes/turistas. Essas atribuições, embora centrais para a atividade turística, não contemplam explicitamente funções relacionadas à gestão

de riscos, como a participação em processos de governança territorial, a comunicação de riscos, a orientação em emergências, o monitoramento ambiental ou a mediação de conflitos socioterritoriais, demandas que o território turístico (especialmente em áreas de risco) exige de forma crescente e contínua.

As políticas públicas nacionais, como o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Marco Nacional de Redução de Riscos de Desastres (Lei nº 12.608/2012), bem como as diretrizes internacionais da UNESCO para geoparques, reforçam a necessidade de atuação interdisciplinar, integração com comunidades e promoção de educação ambiental e sustentabilidade. Esses documentos indicam que a gestão de riscos deve considerar a proteção de pessoas e patrimônios, a comunicação inclusiva, a preparação e resposta eficiente a desastres, bem como a recuperação e a resiliência do território.

Nesse contexto, os profissionais do turismo encontram espaços potenciais de atuação ao colaborar na interpretação do patrimônio, na orientação de visitantes, no desenvolvimento de protocolos de segurança adaptados ao turismo, na comunicação de riscos e na mediação entre comunidades, turistas e órgãos públicos. Apesar dessas oportunidades, persistem entraves institucionais, formativos, operacionais e normativos. Entre os entraves institucionais, destaca-se a ausência de reconhecimento formal da atuação do(a) turismólogo(a) na gestão de riscos e a baixa integração com a Defesa Civil e órgãos ambientais. Entraves formativos incluem a limitada abordagem de riscos naturais nos currículos de turismo e a escassez de capacitação para atuação em áreas naturais sensíveis. Operacionalmente, observa-se dificuldade de acesso a informações atualizadas sobre riscos, lacunas na comunicação de emergência e ausência de protocolos claros para a atuação turística em situações críticas. Por fim, entraves normativos referem-se à CBO restritiva, que não prevê competências específicas para gestão de riscos, e à legislação que não reconhece plenamente o setor turístico como ator estratégico em prevenção e resiliência.

Em síntese, a articulação entre a literatura, os documentos oficiais e as políticas públicas evidencia que, embora haja reconhecimento da importância do turismo em territórios geoturísticos e da necessidade de integrar educação ambiental e práticas sustentáveis, o(a) turismólogo(a) enfrenta limitações estruturais, formativas e normativas que dificultam sua participação efetiva na gestão de riscos de desastres. Esses entraves refletem a lacuna entre o escopo teórico da profissão, o que é formalmente previsto nos instrumentos legais e as demandas reais do território, reforçando a necessidade de revisão das competências profissionais e da criação de diretrizes que integrem turismo, comunidade e proteção frente aos riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que, embora a gestão de riscos dependa de práticas integradas entre diferentes áreas, a participação do turismólogo na gestão de riscos em áreas turísticas naturais ainda é limitada e pouco sistematizada. A literatura e os marcos

normativos apontam avanços na compreensão dos riscos e na valorização da geodiversidade, mas revelam lacunas na articulação entre turismo, educação ambiental e redução de desastres. Ao mesmo tempo, as exigências territoriais mostram que competências relacionadas à comunicação de riscos, mediação sociocultural e planejamento para um uso sustentável tornam-se cada vez mais necessárias.

Persistem entraves institucionais, formativos e operacionais que dificultam a inserção plena desses profissionais nos processos decisórios e nas equipes multidisciplinares. Assim, a síntese entre teoria, documentos e políticas indica a necessidade de aproximar o turismo das agendas da Defesa Civil e na resiliência dos destinos turísticos. Pesquisas futuras podem aprofundar modelos de capacitação, novos arranjos intersetoriais e experiências comparadas em geoparques, contribuindo para consolidar a atuação do turismólogo como agente relevante na redução de vulnerabilidades e na qualificação da experiência turística em ambientes naturais sujeitos à riscos de desastres.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. N.; BARRA, O. A. O. L.; MATOS, F. de O.; ROCHA, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Análise da morfodinâmica do Monumento Natural das Falésias de Morro Branco, Ceará, Brasil: Morphodynamics analysis of the Natural Monument of the cliffs of Morro Branco-Ceará-Brazil. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 369–388, 2024. DOI: 10.21680/2447-3359.2024v10n1ID32713. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/32713>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ARANHA, R. C; GUERRA, A. J. T. **Geografia Aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

BENTO, Lilian Carla Moreira. Um novo olhar para a geodiversidade através do geoturismo. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 12, p. 1-16, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/ptbr/assuntos/cbo/servicos/downloads/cbo2002_liv3.pdf.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC... *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 70, p. 1, 11 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm Acesso em: 05 dez. 2025.

DENCKER, A. F. M. **Método e técnica de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES (UNISDR). **Como construir cidades mais resilientes: um guia para gestores públicos locais**. Genebra: UNISDR, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GUERRA, Antônio José Teixeira; JORGE, Maria do Carmo Oliveira (Org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOSE, T. A. Selling the story of Britain's stone. **Environmental Interpretation**, v. 10, n. 2, p. 16-17, 1995.

HOSE, T. A. **Geological interpretation and geoconservation promotion for tourists**. In: BARRETINO, D.; WIMBLEDON, W. A. P.;

HOSE, T. A. **3G's for modern geotourism**. *Geoheritage*, v. 4, n. 1-2, p. 7-24, 2012.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. (Org.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri: Manole, 2004.

Lino, A. G. H. (2018). **Proteção e Defesa Civil**. 1ª ed. Curitiba: Ed. Intersaberes

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

Nascimento, M. A. L.; Ruchkys, Ú. A.; Neto, V. M. (2008). **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: Trinômio Importante para a proteção do Patrimônio Geológico**.

NEWSOME, David; DOWLING, Ross K. **Geotourism: the tourism of geology**. Oxford: Goodfellow Publishers, 2010.

NUNES, L. H. **Urbanização e Desastres Naturais: Abrangência América do Sul**. 1ª edição. Ed. Oficina de Textos, 2015.

Organização das Nações Unidas (2012). **Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Locais**.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque**. 2007. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SARTORI, Juliana. **Como esquecer?** Memórias de um desastre vivenciado. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

UNESCO. **Operational principles and modalities for safeguarding intangible cultural heritage in emergencies**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/decisions/14.COM/13>. Acesso em: 05 dez. 2025.

Vestena, L. R. (2017). **Desnaturalização dos Desastres: Em busca de comunidades resilientes**. Curitiba: Ed. CRV.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecemos também à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo - UFRN pelo suporte institucional.

Contato dos autores/as:

autora: Ana Raquel Amorim da Câmara

e-mail: anaraquelamorim@gmail.com

autora: Idiamara Nascimento de Freitas

e-mail: idiamaranf@gmail.com

autor: Kerlei Eniele Sonaglio

e-mail: kerleisonaglio@gmail.com

autor: Marcos Antônio Leite do Nascimento

e-mail: marcos.leite@ufrn.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 08/12/2025